



DO TRIBUNAL PLENO

INSTRUÇÃO NORMATIVA

DECISÃO PLENÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2021/TCMPA, de 31 de março de 2021.

EMENTA: *Dispõe sobre a aprovação da Nota Técnica nº 02/2021/TCMPA, que estabelece Orientações Gerais aos Municípios do Estado do Pará, a partir dos achados de auditoria apresentados nos Relatórios do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará para Enfrentamento da Pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), nas fases 1-Oxigênio e 2-Vacina, instituídos a partir das IN’s n.º 01 e 04/2021/TCMPA e dá outras providências.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a disseminação do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19) como uma pandemia mundial;

CONSIDERANDO o atual cenário de crise na saúde pública brasileira em virtude da pandemia do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, conseqüentemente, do número de óbitos;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados divulgados em 29 de março de 2021 pelo Painel Coronavírus Brasil, disponível em <https://covid.saude.gov.br/>, o Brasil atingiu a marca de 12.573.615 casos confirmados e 313.866 óbitos por COVID-19.

CONSIDERANDO a divulgação em 16 de dezembro de 2020, pelo Ministério da Saúde, do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19, e o conseqüente início da campanha de imunização, com a elaboração, pelo Ministério da Saúde, de Informes Técnicos, nos quais são expostas as diretrizes e orientações técnicas e operacionais para a estruturação e operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a COVID-19;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde publicou a **Portaria GM/MS n.º 69**, de 14 de janeiro de 2021, que institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a COVID-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a publicação, pelo Ministério da Saúde, da **Nota Informativa nº 1/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS33**, dispondo sobre orientações para o registro de vacinas no sistema de informação e sobre acesso às informações referentes à vacinação contra a COVID-19, abordando diversos temas relacionados à campanha nacional de vacinação contra a COVID-19;



CONSIDERANDO a subscrição, pelo TCMPE, da Nota Técnica n.º 01/2021, expedida pela REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, que apresentada diretrizes e orientações ao Governo do Estado e aos 144 (cento e quarenta e quatro) Municípios do Pará, relativamente à aquisição de vacinas, conforme autorizativos contidos nas Leis Federais n.º 14.124 e 14.125/2021.

CONSIDERANDO, ainda, a continuidade ao Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19), no exercício de 2021, aprovada nos termos da [IN nº 01/2021/TCMPA](#) e [IN nº 04/2021/TCMPA](#);

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se firmar entendimento e expedir orientações, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCMPE e dos municípios jurisdicionados quanto às ações de combate à Pandemia do “**NOVO CORONAVÍRUS**”;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Nota Técnica n.º 02/2021/TCMPA, constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, objetivando a orientação dos Municípios Jurisdicionados e área técnica do TCMPE.

Art. 2º. A Nota Técnica n.º 02/2021/TCMPA é de observância obrigatória pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 31 de março de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheira/Corregedor

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto



ANEXO ÚNICO

NOTA TÉCNICA Nº 02/2021/TCMPA.

I - DO OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem por objetivo orientar os gestores municipais e firmar entendimento, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) e dos Municípios jurisdicionados, quanto às medidas preconizadas e esperadas de tais entes no enfrentamento da ainda atual crise na saúde pública, estratificadas a partir da ação de controle externo desenvolvida à luz das Instruções Normativas n.º 01 e 04/2021/TCMPA, cujos resultados foram materializados nos Relatórios do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará para Enfrentamento da Pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, nas fases 1-Oxigênio e 2-Vacina, instituídos a partir das IN’s n.º 01 e 04/2021/TCMPA.

Objetiva-se, desta forma, no exercício da função pedagógica e orientativa instituída, no âmbito do TCM-PA, com expressa previsão regimental, contribuir com o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas no âmbito municipal, vocacionadas para o enfrentamento da pandemia, em tudo observado o melhor e primordial interesse da população de nosso Estado.

II – DAS MOTIVAÇÕES

A Organização Mundial da Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII o surto de uma nova doença (COVID-19) causada por um **“NOVO CORONAVÍRUS”** - SARS-CoV-2 e, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia, um dos eventos mais impactantes da história moderna com uma séria ameaça à saúde pública global.

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em fevereiro de 2020, e em março do mesmo ano foi registrado o primeiro óbito por COVID-19. Neste mesmo mês foi declarada pelas autoridades competentes o início da transmissão comunitária no território brasileiro, isto é, os casos de COVID-19 não eram mais originários de brasileiros que retornaram de viagens, mas a transmissão se dava de pessoa para pessoa residente no país.

O surgimento de novas variantes, em especial, a variante brasileira **P1** contribuiu para o agravamento do quadro vivenciado nas unidades de atendimento causando aumento da demanda por leitos clínicos e de UTI, e em consequência, aumento da demanda por oxigênio, insumos e profissionais.

De acordo com os dados oficiais publicados na página covid.saude.gov.br no dia 29 de março de 2021, o Brasil atingiu a marca de 12.573.615 pessoas infectadas e 313.866 mortes. Na mesma data o Estado do Pará registrou 412.742 pessoas infectadas e 10.313 óbitos em decorrência da contaminação pelo **“NOVO CORONAVÍRUS”** o que demonstra o avanço da Pandemia no país.

O crescente avanço da pandemia resultou em grandes dificuldades ao sistema de saúde brasileiro, gerando problemas graves como a recente crise relacionada à escassez de oxigênio para uso no tratamento da COVID-19, vivenciada por alguns municípios brasileiros, fato que serve de alerta aos demais entes municipais e impõe a necessidade de medidas urgentes, especialmente relacionadas à contratação, fornecimento e controle de estoque de oxigênio medicinal na rede municipal de saúde.



Ante a gravidade da Pandemia e suas consequências tanto na saúde das pessoas quanto na economia mundial, cientistas de vários países e de diversos laboratórios empreenderam um esforço sem precedentes na busca por vacinas contra a COVID-19. Os resultados positivos obtidos após as fases de testes deram início ao processo de produção em larga escala e a consequente distribuição de insumos e vacinas prontas para diversos países. Necessário se faz ressaltar, porém, que atualmente as vacinas ainda se encontram em situação de escassez devido à grande demanda mundial.

Diante deste cenário de agravamento da Pandemia de COVID-19, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA tem atuado de maneira preventiva e pedagógica buscando orientar seus jurisdicionados com vistas a contribuir com execução das políticas públicas destinadas ao combate à COVID-19.

Sendo assim, apresenta-se e submete-se à consideração do Colegiado desta Corte de Contas esta Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação - CSE, mediante solicitação da Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo DIPLAMFCE, onde se estabelecem diversas orientações relativas a ações específicas de combate a Pandemia de COVID-19 no âmbito municipal, em especial quanto à aquisição, controle de estoque e distribuição de oxigênio medicinal, aquisição de insumos necessários à manutenção do atendimento a pacientes acometidos por COVID-19, planejamento e execução de plano de vacinação, bem como ações de transparência relativas à divulgação de dados referentes a doses de vacinas recebidas, cronograma de vacinação, divulgação da relação de pessoas vacinadas, nos termos que seguem:

III – DOS ENTENDIMENTOS PROPOSTOS

CAPÍTULO I

DAS ORIENTAÇÕES VINCULADAS AO FORNECIMENTO E DISPONIBILIDADES DE OXIGÊNIO MEDICINAL

Ante o avanço da Pandemia da COVID-19 em todo território nacional e o consequente aumento do número de casos resultando no aumento expressivo de internações, seja na rede pública ou particular de saúde gerando uma elevação considerável de demanda por oxigênio, torna-se indispensável que os entes municipais diligenciem e adotem as medidas preventivas necessárias a fim de evitar a ocorrência de falta de oxigênio na rede hospitalar municipal.

Diante do exposto, e considerando-se a legislação pertinente, em especial a Portaria GM/MS n.º 69, de 14 de janeiro de 2021, os dados levantados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará por meio de questionários respondidos pelos 144 municípios paraenses, e que resultaram na elaboração do Relatório do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará para Enfrentamento da Pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” – COVID-19 fase 1-Oxigênio e fase 2-Vacina, disponíveis na página do TCM/PA, HOTSITE, [Controle, Fiscalização e Transparência](#); os levantamentos feitos pela equipe técnica do TCM/PA a partir de visita técnica a Secretaria Municipal de Saúde, pontos de vacinação e rede de frios; e considerando-se ainda o Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19 e Informes Técnicos posteriores recomenda-se aos gestores municipais:

- I. Realizar levantamento de demanda de oxigênio no município, preferencialmente por unidades, leitos e interfaces disponíveis no município, adequando-se, de maneira permanente (diária), a avaliação dos estoques existentes e o seu consumo;
- II. Realizar procedimento licitatório adequado à situação de emergência e firmar contrato, quando não houver, para a aquisição de oxigênio medicinal para atendimento da demanda, e de possível aumento da mesma;
- III. Realizar levantamento, quanto à existência, validade e disponibilidades contratuais em curso (2021), objetivando a revisão contratual, quantitativa e/ou de prazo, assegurando-se a regularidade e tempestividade do fornecimento de oxigênio medicinal;



- IV. Adotar procedimentos para verificar as condições da estrutura de fornecimento de oxigênio aos usuários como quantidade e condições de cilindros, condições da rede ou sistema de distribuição de oxigênio quando for o caso, bem como sua adequação às normas de saúde vigentes;
- V. Adotar medidas com vistas a manter atualizado o pagamento dos contratos de fornecimento de oxigênio;
- VI. Implementar rotinas de acompanhamento diário das ordens de serviço (solicitação de fornecimento), realizadas pelo município à empresa contratada, considerando as perspectivas de prazo de entrega do produto o qual comportam diferenciações em virtude de questões logísticas e geográficas com vistas a manter a estabilidade do estoque de oxigênio.

CAPÍTULO II DAS ORIENTAÇÕES VÍNCULADAS AO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E REGISTRO DA VACINAÇÃO

A **CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19**, no território brasileiro, teve início no dia 18 de janeiro de 2021, após a autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, das seguintes vacinas:

- a) **INSTITUTO BUTANTAN (IB) CORONAVAC** - Vacina adsorvida COVID-19 (Inativada) Fabricante: Sinovac Life Sciences Co., Ltd. Parceria: IB/ Sinovac.
- b) **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)¹ - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS** - Bio-Manguinhos Covishield - Vacina covid-19 (recombinante) Fabricante: Serum Institute of India Pvt. Ltd. Parceria: Fiocruz/ Astrazeneca.

O sucesso da campanha de vacinação depende do envolvimento das três esferas de gestão (Federal, Estadual e Municipal) em esforços coordenados no Sistema Único de Saúde – SUS, mobilização e convocando à adesão da população. Assim, o Governo Federal, elaborou e publicou o **“Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19”**, cujas diretrizes devem ser observadas por todos os entes federativos.

Sendo assim, o TCMPA, atuando de forma preventiva e pedagógica, estabelece as seguintes orientações relativas ao planejamento municipal da vacinação contra a COVID-19, execução e registro das doses no sistema do Ministério da Saúde, amparadas nos Normativos relacionados ao tema, conforme segue:

Seção I DO PLANO MUNICIPAL DE VACINAÇÃO

- I. Elaborar um Plano Municipal para operacionalização da vacinação contra a COVID-19 (SARS-Cov-2), tendo como parâmetros o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 e o Plano Paraense de Vacinação – PPV/COVID-19, vez que o plano oferece instrumentos aos gestores e equipes de saúde acerca das medidas a serem implementadas para a operacionalização da vacinação, bem como informa à população sobre os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização da imunização dos munícipes;

¹ A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu no dia 12/03/2020 o registro definitivo para a vacina contra a Covid-19 da farmacêutica AstraZeneca desenvolvida em parceria com a Universidade de Oxford. O imunizante, que é produzido no Brasil pela Fiocruz.



- II. Elaborar o cronograma de vacinação no município com informações de todas as fases e públicos-alvo, locais e horários de funcionamento das salas de vacinação, atualizado de acordo com o recebimento de novos lotes de vacinas;
- III. Proceder a atualização dos Planos Municipais de Imunização contra a COVID-19, sempre que os Planos Nacional e Estadual de Imunização forem alterados, face o surgimento de novas evidências científicas, conhecimentos acerca das vacinas, cenário epidemiológico da COVID-19 em conformidade com as fases previamente definidas e aquisição dos imunizantes;

Seção II

DO REGISTRO DAS DOSES APLICADAS NO SISTEMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (NOVO SI-PNI-ONLINE)

Registrar as doses aplicadas no sistema do Ministério da Saúde (SI-PNI) diariamente e de forma individualizada, nos termos da Portaria GM/MS nº 69, atentando para os seguintes aspectos:

- I. Manter equipes de servidores capacitados para o registro tempestivo e correto dos dados no sistema do Ministério da Saúde;
- II. Adotar providências no sentido de prover computadores e acesso à internet em todas as salas de vacinação, buscando a efetivação do Cenário 2 do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 (Estabelecimento de Saúde com conectividade na internet e condições de fazer digitação online);
- III. Providenciar equipamentos e local específico para a recepção e alimentação dos dados relativos às doses aplicadas, de forma tempestiva, na impossibilidade de atendimento da recomendação prevista no item II;

Seção III

DO REGISTRO DOS EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO²

- I. Atentar para o Protocolo de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Eventos Adversos Pós-Vacinação, que será utilizado como referência para a vigilância de EAPV (Eventos Adversos Pós-Vacinação) com os protocolos já existentes, em especial nos seguintes aspectos:
- II. Promover a capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na cadeia de vacinação para detectar, acompanhar e investigar os Eventos Adversos Pós-Vacinação-EAPV;
- III. Notificar no **e-SUSnotifica** disponível no link <https://notifica.saude.gov.br/>, todos os eventos, não graves ou graves, bem como os erros de imunização e problemas com a rede de frio;
- IV. Comunicar os Eventos Adversos Graves – EAG dentro das primeiras 24 horas de sua ocorrência, do nível local até o nacional seguindo o fluxo determinado pelo Sistema Nacional de Vigilância de Eventos Adversos Pós-Vacinação – SNVEAPV;

² Entende-se por evento adverso pós-vacinação (EAPV), qualquer ocorrência médica indesejada após vacinação e que, não necessariamente, possui uma relação causal com o uso de uma vacina ou outro imunobiológico (imunoglobulinas e soros heterólogos). Um EAPV pode ser qualquer evento indesejável ou não intencional, isto é, um sintoma, doença ou um achado laboratorial anormal. Esses eventos podem ser relacionados à composição da vacina, à técnica usada em sua administração, aos próprios indivíduos vacinados, sendo a predisposição genética individual um importante fator no desenvolvimento de algumas desordens (por exemplo, as autoimunes) após a vacinação ou à coincidência com outros agravos. NOTA INFORMATIVA Nº11/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS.



- V. Primar pela qualidade das notificações no preenchimento de todas as variáveis contidas na ficha de notificação/investigação, considerando que estão sendo administradas na população diferentes vacinas desenvolvidas por diferentes plataformas;
- VI. Disponibilizar canal de comunicação (telefone, e-mail, entre outros) e orientar os usuários, no momento da vacinação, a informar quaisquer sintomas que possam estar relacionados a Evento Adverso Pós-Vacinação-EAPV.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DOS IMUNOBOLÓGICOS 3

Observar as diretrizes estabelecidas nos Informes Técnicos do Plano Nacional de Operacionalização e Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunização relacionadas à conservação das vacinas, especialmente nos seguintes aspectos:

- I. Acondicionar as vacinas em temperatura de +2°C e +8°C nas câmaras frias/refrigeradas;
- II. Registrar a temperatura em mapas de controle, no início e término do expediente, buscando assegurar a manutenção da temperatura adequada. Ressaltando que o controle diário de temperatura dos equipamentos da Rede de Frio é imprescindível em todas as instâncias de armazenamento, a fim de assegurar a qualidade dos imunobiológicos;
- III. Atentar para a quantidade de insumos/instrumentos extras necessários à realização de transporte e acondicionamento dos imunobiológicos nas ações de vacinação extramuros, tais como: caixas térmicas, bobinas reutilizáveis e termômetros, seguindo rigorosamente as orientações definidas no Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunização, elaborado pelo Ministério da Saúde.

Seção V

DO CONTROLE NO DESLOCAMENTO E GUARDA DOS IMUNOBOLÓGICOS

- I. Adotar procedimentos para identificar o responsável pela retirada das doses dos locais de armazenamento especificando o quantitativo e o número dos lotes, assim como, seja registrado o acesso aos locais de armazenamento sendo protegido por chaves cuja posse seja controlada. Observando a realidade local, cabe a cada gestor avaliar a amplitude das medidas;
- II. Efetuar o cadastramento com nome completo e matrícula funcional do responsável pelo recebimento da vacina na unidade de vacinação;
- III. Providenciar o preenchimento de termo de responsabilidade a todos que estiverem na manipulação, depósito e aplicação das vacinas na unidade de aplicação, indicando nome completo e matrícula funcional.

Seção VI

DA TRANSPARÊNCIA DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO

- I. Divulgar nos respectivos portais da transparência, os Planos Municipais de Imunização contra a COVID-19, em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Imunização, inclusive com menção detalhada dos grupos a serem vacinados em cada uma das etapas e os quantitativos correspondentes, permitindo o controle social;

³ As temperaturas indicadas neste tópico referem-se às condições ideais de armazenamento das vacinas atualmente autorizadas pela ANVISA (Instituto Butanta/Sinovac e Fiocruz/Astrazeneca). À medida que novas vacinas forem liberadas, atentar para as novas orientações do laboratório fabricante.



- II. Divulgar nos respectivos portais da transparência, com atualização periódica, o quantitativo de vacinas recebidas do Governo Federal e Estadual e doses aplicadas, bem como a cobertura vacinal;
- III. Divulgar nos respectivos portais da transparência, com atualização diária, a relação das pessoas vacinadas, indicando: nome, CPF (ou CNS, se profissional da saúde), local onde foi feita a imunização, função exercida e local onde a exerce (se aplicável), não devendo ser publicado qualquer dado sensível relativo à idade/comorbidades;
- IV. Divulgar nos respectivos portais da transparência, com atualização periódica, as principais informações a respeito da operacionalização da Campanha de Vacinação, em especial quanto ao cronograma, suas fases e públicos-alvo, locais e horários de funcionamento das salas de vacinação.

Seção VII DA AQUISIÇÃO DE VACINAS PELOS MUNICÍPIOS

Considerando o advento das Leis Federais n.º 14.124/2021⁴ e 14.125/2021⁵, que autoriza a aquisição de vacinas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, é necessário que os gestores municipais observem procedimentos mínimos capazes de mitigar os riscos de uma aquisição frustrada e/ou que comporte danos ao erário municipal, com possíveis repercussões e consequências sancionatórias aos gestores municipais.

Neste sentido, transcreve-se e ratifica-se as orientações expedidas pela **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**⁶, por meio da Nota Técnica n.º 01/2021, conforme segue:

- 1. Certificar-se junto ao laboratório de origem se a empresa está autorizada a negociar a vacina;*
- 2. Solicitar à empresa informações sobre outras entregas feitas, como forma de averiguar sua capacidade técnica;*
- 3. Evitar pagamentos antecipados sem a confirmação de segurança mínima de que o produto(vacina) será entregue e com a qualidade exigida pelos órgãos de vigilância em saúde;*
- 4. Avaliar informações que tiverem conhecimento e sejam oriundas de relatórios de inteligência e afins no intuito de subsidiar a tomada de decisão com zelo e cautela, protegendo assim, o erário e o interesse da sociedade;*
- 5. Proceder a verificação histórica cadastral da empresa, como data da criação do CNPJ e composição do quadro societário, assim como a capacidade financeira da empresa, envolvendo movimentação financeira, informações contábeis e de declarações (obrigações acessórias)”.*

⁴ Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

⁵ Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

⁶ A Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Pará é composta pelas seguintes instituições: Consultoria Jurídica da União (AGU/CJU), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público de Contas do Estado (MPCPA), Ministério Público de Contas dos Municípios (MPCM), Ministério Público Estadual (MPPA), Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria Federal (AGU/PF), Procuradoria da União (AGU/PU), Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), além do Tribunal de Contas dos Municípios (TCMPA).



Ressalta-se, ainda, que todos os procedimentos administrativos destinados à aquisição de vacinas pelos entes municipais jurisdicionados do TCMPA deverão ser encaminhados, na forma das Resolução n.º 11.535/2014 e alterações, junto ao Mural de Licitações e, ainda, junto aos respectivos Portais da Transparência dos Municípios, assegurando-se o exercício do controle externo, desenvolvido por esta Corte de Contas e, ainda, o preconizado controle social, na forma da Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Seção VIII
OUTRAS ORIENTAÇÕES DE CARÁTER GERAL

- I. Observar a Nota Técnica n.º 108/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, alertando que nos casos de variação de volume extra das vacinas contra a COVID-19, é **rigorosamente contraindicado** a mistura de vacina de frascos-ampola diferentes para completar uma dose, uma vez que as vacinas estão sujeitas à contaminação;
- II. Dar ciência à Secretaria Estadual de Saúde – SESPA e/ou Ministério da Saúde, para a adoção das medidas cabíveis e definição quanto à destinação das doses recusadas sempre que o município detectar situações de recusa de vacinas por parte da população pertencente ao grupo prioritário, em especial, a população indígena;
- III. Revisar periodicamente o arquivo com informação individual de vacinados para estabelecer ações de busca ativa de faltosos relativo à segunda dose;
- IV. Realizar campanha de orientação à população sobre a importância dos cuidados pós-vacinação (uso de máscara de proteção, higiene constante das mãos e manutenção do isolamento social, evitando aglomerações), considerando que a imunização contra o vírus estará completa em cerca de 15 dias após a administração da segunda dose;
- V. Capacitar e atualizar as equipes profissionais envolvidas na cadeia de vacinação contra a COVID-19 sobre protocolos, instruções, procedimentos e outros documentos referentes ao tema;
- VI. Manter estoque de insumos suficientes (agulhas, seringas, entre outros), para a operacionalização das fases iniciais da campanha de vacinação;
- VII. Otimizar, ao final do expediente, doses ainda disponíveis em frascos abertos, a fim de evitar perdas técnicas, direcionando o uso da vacina para pessoas contempladas em alguns dos grupos priorizados no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, conforme orientação do Segundo Informe Técnico do Plano Nacional de Operacionalização contra a COVID-19.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se, por meio da presente **NOTA TÉCNICA N.º 02/2021/TCMPA** compilar as orientações gerais relativas à vacinação contra a COVID-19, incluindo recomendações essenciais ao bom desempenho da campanha de imunização. Além disso, diante da evolução do quadro da pandemia e, por conseguinte, das novas demandas que vêm surgindo, especialmente relacionadas ao estoque de gases medicinais, foram traçadas orientações relativas ao planejamento das aquisições de insumos, destacando a necessidade de revisões contratuais e do constante acompanhamento da disponibilidade em estoque a fim de evitar uma possível escassez desses insumos nos estabelecimentos de saúde sob a responsabilidade dos gestores municipais.



A Nota Técnica foi elaborada no intuito de fortalecer a atuação preventiva e pedagógica do TCMPA. Neste sentido, destaca-se a importância dos Manuais e Informes Técnicos do Ministério da Saúde, ressaltando que todos os atos orientativos citados neste documento devem ser objeto de extenso e continuado estudo pelas gestões municipais, à medida que novos procedimentos são atualizados e disponibilizados.

Belém (PA), 30 de março de 2021.

Andreza P. Stª Brigida Pampolha
Analista de Controle Externo

Sílvia Miralha de Araújo Ribeiro
Coordenadora CSE/TCM/PA

Aristides Pinheiro Gomes Neto
Analista de Controle Externo

Myriam Lishane Valente Albim
Diretora DIPLAMFCE/TCM-PA

Douglas Henrique Oliveira Moreira
Assistente Técnico II

Elisa do Socorro Melo Resque
Analista de Controle Externo

Fábio Augusto Nazaré Rodrigues
Analista de Controle Externo

Iranildo Ferreira Pereira
Analista de Controle Externo

Márcia de Oliveira Barleta
Analista de Controle Externo